

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMATIZANDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM UMA NOVA UNIVERSIDADE FEDERAL

Nadir **Zago** – UNOCHAPECÓ

Thiago Ingrassia **Pereira** – UFFS

Lea Pinheiro **Paixão** – UFF

Resumo

O trabalho se inscreve no contexto atual de expansão e interiorização do ensino superior público mediante várias políticas e programas adotados no Brasil, nos últimos anos. Elegemos como eixo de análise a evasão no ensino superior, considerando sua relevância sociológica relacionada à permanência de estudantes na universidade pública. Nos interessamos, particularmente, em responder as seguintes questões: os estudantes que interrompem o curso universitário revelam desistência de um determinado curso, de uma instituição ou expressam fenômenos de outra ordem? Trata-se de uma evasão do sistema ou de um “abandono” provisório? A pesquisa foi realizada na UFFS - *Campus* Erechim, universidade criada em 2009. Os dados foram coletados no ano de 2014, através de um questionário respondido por acadêmicos desistentes, conforme registros da instituição. Os resultados evidenciaram a pertinência de associar evasão com mobilidade, pois conceituar as situações encontradas na pesquisa como evasão, no sentido de abandono, seria mascarar a complexidade do fenômeno em benefício de uma generalização.

Palavras-chave: ensino superior, expansão e interiorização, evasão.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMATIZANDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM UMA NOVA UNIVERSIDADE FEDERAL

Introdução

Em diferentes momentos históricos o tema da reforma universitária apresenta-se como objeto de estudo que desperta tanto o interesse acadêmico quanto o da sociedade em geral. Apesar de ser uma instituição quase milenar, a universidade no Brasil é um

fenômeno que não completou um século. Dessa forma, sua constituição evidencia a influência de modelos tradicionais do contexto europeu, bem como estadunidense (SGUISSARDI, 2009), configurando uma instituição historicamente em disputa.

No atual cenário reformista a partir de 2003, observamos que ações e programas governamentais passaram a atuar na criação de uma agenda de expansão e interiorização do acesso ao ensino superior. Por meio de um conjunto de políticas públicas, o governo federal acenou para o crescimento do número de matrículas nos cursos de graduação e do acesso a segmentos sociais historicamente excluídos deste nível de ensino.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos processos seletivos e como pré-requisito para a política de bolsas, a adoção de ações afirmativas como as políticas de cotas sociais e étnicas, bem como a reorganização do financiamento estudantil e a aposta na criação de vagas públicas, seja pelo Prouni em instituições privadas, seja em novas instituições públicas, são movimentos que instituíram novos arranjos no ensino superior.

Diante desse cenário, abre-se um campo de análise que permite o acompanhamento deste processo, explorando seus limites e potencialidades. Se houve progressos na ampliação do acesso ao ensino superior, a permanência dos alunos neste nível de ensino é ainda problemática e um de seus indícios é o fenômeno da evasão. Portanto, ocorreram mudanças nas formas de exclusão pois se antes ela se dava, prioritariamente, pela contenção no acesso, hoje a exclusão se faz no interior do sistema de ensino.

Este estudo pretende contribuir com o debate sobre evasão no ensino superior considerando a relevância de tal fenômeno como um indicador de problemas relativos à permanência de estudantes na universidade pública. Nesse sentido, nos interessa investigar questões relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes neste ambiente expansionista, como descreveremos na continuidade deste trabalho.

Expansão e interiorização do ensino superior: dimensões contextuais

Proceder a um esforço de compreensão acerca das possibilidades e limites do atual cenário do ensino superior brasileiro é uma tarefa importante e que tem encontrado espaço na agenda de pesquisadores das ciências sociais e da educação. Segundo Lampert (2010, p.19), “no século XXI, esse é um tema desafiador que merece uma análise acurada do governo, da sociedade civil organizada e, principalmente, da academia”.

No Brasil, o ensino superior esteve, desde sua origem, reservado a uma pequena parcela da população, entre outros fatores, pela sua formação tardia se comparada a outros países latino-americanos e pelo alto grau de seletividade em seu acesso. Nos anos 1990, a expansão de vagas ocorreu, sobretudo, no setor privado e foi concentrada nas áreas metropolitanas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007). Essa forma de expansão do ensino superior brasileiro ocorreu via capital internacional privado, articulado com o capital nacional, fomentando a oligopolização do sistema (fusão de grupos empresariais que criam grandes redes).

O cenário dos anos 1990 é de retração do ensino superior público, pautado em políticas neoliberais. Ao considerar o ensino privado, estamos nos referindo a sua essência mercantil e, por seu intermédio, a educação como bem público e direito social passa a ser tratada como uma mercadoria. Essa lógica mercantil, mesmo que mais evidente em instituições privadas, penetra na própria administração do Estado, criando o que alguns autores chamam de “quase mercado” (PERONI, 2007).

Contudo, é importante não criarmos uma falsa ideia de homogeneidade no setor privado. A construção histórica do ensino superior brasileiro revela que, entre as instituições pagas, há o segmento *comunitárias*, instituições sem fins lucrativos que se inserem numa lógica “pública não estatal” (MACHADO, 2009).

Pela configuração política e econômica dos últimos anos, principalmente a partir da LDB/1996, as instituições não estatais convergem para práticas mercantis, seja pela preponderância da lógica de mercado na atuação das instituições, seja pelas dificuldades das comunitárias em encontrar seu espaço de atuação (BECHI, 2011) na fronteira entre o público e o privado.

A partir de 2003, políticas públicas foram postas em prática, visando a expansão e a interiorização¹ do acesso ao ensino superior brasileiro. Tais medidas surgem a partir de políticas neodesenvolvimentistas em que o Estado passa a ter papel indutor em processos de criação de vagas públicas. A partir desse período, destacam-se diversas políticas públicas de expansão do acesso ao ensino superior: 1) 2004: Programa Universidade para Todos (ProUni); 2) 2005: Universidade Aberta do Brasil (UAB); 3) 2007: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 4) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

¹ Refere-se ao processo de fomento à criação de novas instituições fora das áreas metropolitanas do país, dinamizando relações culturais e econômicas.

As políticas adotadas instauram uma situação complexa na medida em que procuram enfrentar o problema das desigualdades de acesso ao ensino superior se voltando tanto para o setor público quanto privado. Na esfera pública, há uma expansão da rede de ensino superior que visa a massificação do sistema. A expansão de universidades federais, via REUNI, acontece de forma concomitante ao ProUni, programa este que gerou muitas críticas na medida em que beneficia, pela compra de vagas, as instituições privadas. Retomando dados citados por Leher (2010),

no período 1995-2006, o número de estudantes de graduação cresceu 65%, os de mestrado 170% e os de doutorado 280%, enquanto o número de professores aumentou somente 20%. Como as metas do Reuni foram estabelecidas a partir dessa expansão anterior, não surpreende, pois, que, com o Reuni, o custo aluno deverá ser reduzido de R\$ 9,7 mil (conforme estudo do Tribunal de Contas da União) para R\$ 5 mil, redução na ordem de 50%, que, na Europa, aconteceu em duas décadas e se deu a partir de um per capita muito maior e em instituições com infraestrutura consideravelmente superior, mas que, ainda assim, deflagrou importantes lutas estudantis e de professores em diversos países (LEHER, 2010, p. 398).

O REUNI parte de indicadores tais como: o descompasso entre oferta e procura do ensino superior brasileiro, o caráter majoritariamente privado do sistema e, como desdobramento, a necessidade do Estado investir em cursos noturnos e na interiorização de instituições públicas federais. Contudo, para atingir seus objetivos, o REUNI fixa metas pautadas em indicadores quantitativos (como o número de matrículas e a relação professor/aluno) e a partir destes condiciona a liberação de recursos financeiros às universidades.

Neste descompasso entre a expansão do sistema e o financiamento para subsidiar as instituições de ensino superior, o processo expansionista em curso ampliou, de forma expressiva, o contingente de estudantes universitários no Brasil, em especial, de segmentos sociais historicamente excluídos deste nível de ensino. Dados do Censo de Educação Superior 2013 (BRASIL, 2014), indicam um crescimento nas taxas brutas e líquidas, assim como no total de matrículas que chega a 7.305.977. Mesmo diante do aumento do número de instituições públicas na última década, as de caráter privado continuam majoritárias, totalizando cerca de 74% das matrículas nos cursos de graduação.

É nesse cenário de uma democratização inconclusa que novas instituições de ensino superior foram criadas no Brasil. Na seção que segue vamos nos deter na

interiorização do ensino superior, em particular sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e um de seus *Campi*, selecionado como local de pesquisa.

O acesso de estudantes a uma nova universidade pública no sul do Brasil

O debate acerca do acesso à universidade pública é uma bandeira permanente de vários movimentos populares e sindicais. Lutando contra o sucateamento das universidades públicas existentes e pela adoção de mecanismos de ações afirmativas, movimentos organizados passam a fazer pressão pela reversão dos efeitos das políticas neoliberais dos anos 1990. É nesse cenário que podemos compreender a criação de várias universidades, entre elas a UFFS e seus *Campi*.

No final do século XX, o Rio Grande do Sul ainda não contava com uma universidade estadual e as federais estavam localizadas em poucos municípios (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande), concentrados no centro-sul do estado onde também havia um projeto de criação da Universidade Federal do Pampa. Por outro lado, o norte gaúcho continuava a presenciar a omissão do Estado brasileiro (esfera federal) no tocante ao ensino superior público.

Depois de frustradas algumas tentativas de movimentos sindicais, partidários e populares em defesa de uma universidade federal para atender regiões não beneficiadas pelo ensino superior público, e tendo em vista o cenário de expansão presente na agenda política do Governo Lula, a partir de 2005 começou a ganhar corpo o Movimento Pró-Universidade que reivindicava não apenas a expansão do acesso ao ensino superior, mas também a instalação de uma universidade federal que estivesse em sintonia com as demandas regionais. Além do Rio Grande do Sul, este projeto reunia as regiões do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná, com dimensões sociais, culturais e econômicas semelhantes. Como observa Benincá (2011), o projeto se fortaleceu e da “confluência de intenções, emergiu a posição de uma universidade multicampi e interestadual, o que motivou tratativas com o governo federal” (BENINCÁ, 2011, p. 42).

Depois de um período de intensas negociações, foi criada, em 11 de fevereiro de 2009, pelo MEC, a comissão de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), posteriormente regulamentada pela Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009. A UFFS é oriunda do processo de expansão e interiorização do ensino superior público brasileiro, no quadro

do REUNI. Ela integra um conjunto de dezoito novas universidades federais criadas entre os anos de 2003 – 2013.

A UFFS situa-se na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, que abrange 396 municípios ² distribuídos entre o Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. Iniciou suas atividades letivas em 2010 com os *Campi* nos municípios de Chapecó (SC), Realeza (PR), Laranjeiras do Sul (PR), Cerro Largo (RS) e Erechim (RS). No ano de 2012, foi criado o *Campus* Passo Fundo/RS para a instalação do curso de Medicina.

Ainda em 2009 foram concluídos os primeiros concursos públicos para provimento de cargos administrativos e docentes e foi lançado edital do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação. Neste 1º processo seletivo se inscreveram 11.212 candidatos para 2.160 vagas em 42 opções de cursos, nos cinco *Campi*. A média da disputa ficou em 5,19 candidatos por vaga e o curso com maior demanda foi Engenharia Ambiental e Energias Renováveis do *Campus* Chapecó, com 22,3 candidatos por vaga.

Desde seus primeiros processos seletivos, havia um tensionamento em relação às universidades públicas federais brasileiras, que em sua maioria abrigam, principalmente nos cursos de maior “prestígio”, estudantes provenientes do ensino básico privado e de famílias com maiores recursos econômicos. Ristoff (2011) chama a atenção para a permanência da seletividade social nos cursos universitários do país:

Apesar da expansão dos últimos anos, o *campus* brasileiro é, sabidamente, bem mais rico que a sociedade e, nem de longe, a origem de seus estudantes reproduz os 89% de matrículas públicas que temos no ensino médio do país. Em alguns cursos de graduação, especialmente nos de alta demanda, 92% dos estudantes são oriundos dos 11% do ensino médio privado (RISTOFF, 2011, p. 306).

A UFFS definiu como um de seus princípios ser “popular”, conforme documenta seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³. Assim, adotou uma política de bonificação,

² Disponível em
<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_frenteira#>.
Acesso em: 11 jan 2012.

³ Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825>. Acesso em: 13 mar 2010.

“fator escola pública”⁴, ao aluno que cursou o ensino médio ou parte dele na rede pública. Os dados que seguem, referentes ao primeiro processo seletivo (ano 2010), revelam efeitos dessa política na composição social dos universitários ingressantes:

[...] 93,68% dos estudantes da UFFS são oriundos da escola pública; 79% não cursaram pré-vestibular; 87% são oriundos de famílias com renda de até cinco salários mínimos; em sua maioria são trabalhadores assalariados e 87% representam a primeira geração da família a chegar a um curso universitário. No ano de 2011 o índice foi um pouco superior a 2010, chegando a 95,55% de alunos oriundos de escola pública (ROTTA; VITCEL; ANDRIOLI, 2012, p. 61-62).

Em relação à origem geográfica, a maioria dos aprovados no mesmo processo seletivo, era procedente de regiões onde os *Campi* foram instalados: a maior proporção no *Campus* Laranjeiras do Sul - Paraná, com 97% de estudantes do mesmo Estado, principalmente, de cidades vizinhas; o menor percentual foi no *Campus* Chapecó - Santa Catarina, com 67% dos estudantes deste Estado.

O município de Erechim foi um dos locais que se habilitou para receber um *Campus* da UFFS. Influenciaram na indicação aspectos políticos, tanto em nível de movimentos sociais e populares, quanto partidários e institucionais. Sua posição de referência na região do Alto Uruguai (composta por 32 municípios), alicerçada na agricultura familiar e no setor industrial, contribuiu para se tornar uma das sedes da UFFS. Sua população em 2012 era de 97.181 habitantes⁵. Em relação ao PIB *per capita* (ano 2011) do município, este era de R\$ 27.911,00. Em termos educacionais, a matrícula das quinze escolas, públicas e privadas, de ensino médio existentes no município era de 10.931 estudantes em 2012, dado que evidencia a existência de um público universitário em potencial. Dos cinco estabelecimentos privados de ensino médio, em 2 são ofertados também cursos de nível superior⁶.

O processo desencadeado neste município com a instalação de uma universidade pública federal, pode indicar alguns fenômenos importantes para a compreensão deste

⁴ O fator escola pública consiste em um acréscimo na nota do ENEM do candidato a partir do número de anos do ensino médio cursados na rede pública. A cada ano a bonificação é de 10% sobre a nota do ENEM. Dessa forma, se um estudante realizou todo o ensino médio na escola pública, sua nota final será a nota do ENEM multiplicada por 30% (1.3).

⁵ Disponíveis em:

<[Http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=erechim](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=erechim)>. Acesso em: 3 mar. 2014.

⁶ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e Faculdade Anglicana de Erechim (FAE).

contexto expansionista. Neste trabalho, nosso interesse se volta para a permanência de estudantes no ensino superior e o problema da evasão na graduação.

Questões de pesquisa e seu processo

Um dado que chama atenção quando analisamos as estatísticas do ensino superior no Brasil, tanto em nível nacional quanto considerando as instituições isoladamente, é o grande número de egressos que anualmente ficam incluídos na categoria chamada evasão do ensino. Esse fenômeno atinge diferentes cursos e instituições, sejam elas públicas ou privadas. Pesquisa citada por Baggi e Lopes (2011, p. 356) “revela que, no período compreendido entre 2000 e 2005, no conjunto formado por todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, a evasão média foi de 22% e atingiu 12% nas públicas e 26% nas particulares” (SILVA FILHO, 2007 apud BAGGI; LOPES, 2011, p. 356).

O que nos motivou à realização de um estudo sobre o problema da evasão no ensino superior não foi o ineditismo do tema, mas a existência de uma lacuna de pesquisas voltadas às novas instituições implantadas no país na última década e em processo de consolidação. Esta é a razão da escolha do local da pesquisa empírica, ou seja, uma universidade pública (UFFS – *Campus Erechim*) que iniciou seu funcionamento em 2009 em uma região que dependia fundamentalmente do setor privado.

O corpo discente da UFFS em seus *Campi* é composto por estudantes majoritariamente egressos do ensino médio da rede pública e originários de regiões onde os *Campi* foram instalados. Apesar destes indicadores favoráveis ao processo de democratização da educação no país, subsistem grandes desigualdades educacionais tanto de acesso quanto de permanência no ensino superior.

Na instituição UFFS *Campus Erechim*, no período 29/03/2010 até 04/11/2014, estavam matriculados 2.546 acadêmicos. Nesse período foram contabilizados 806 matrículas canceladas, 204 desistências e 77 matrículas eliminadas⁷, distribuídas nos nove cursos oferecidos na instituição: Bacharelados em Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Licenciaturas em História, Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia e Interdisciplinar em Educação do Campo.

⁷ Conforme definições do Sistema de Gestão Acadêmica da UFFS – campus Erechim: 1) matrícula cancelada “quando o aluno não realiza a rematrícula ou excede o prazo de trancamento”; 2) desistência “quando o aluno assina o Termo de Desistência”; 4) matrícula eliminada “quando o aluno não frequenta os cinco primeiros dias de aula”.

Na literatura que trata do acesso ao ensino superior no Brasil, são recorrentes as críticas sobre os limites da sua expansão quantitativa sem correspondente na qualidade e na permanência do jovem no sistema de ensino. A partir destas contradições é que se insere nossa pesquisa, voltada para as condições de permanência desse novo público que ingressa em universidades beneficiadas pelas políticas de interiorização do ensino superior público. Neste trabalho nos interessamos, particularmente, em responder as seguintes questões: os estudantes que interrompem o curso universitário revelam desistência de um determinado curso, de uma instituição ou expressam fenômenos de outra ordem? Trata-se de uma evasão do sistema ou de um “abandono” provisório?

Para responder essas questões realizamos, no segundo semestre de 2.014, um estudo de caráter exploratório, tendo como local a UFFS *Campus* Erechim. Nossa intenção com este estudo foi conhecer melhor a realidade investigada para ampliar o foco de análise, em pesquisa qualitativa posterior, sobre os processos dos universitários entre o acesso ao ensino superior e a interrupção ou redimensionamento dos estudos.

Com essas considerações justificamos nossa escolha metodológica, apoiada também nas considerações de Triviños (1992): “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. O autor indica algumas situações de pesquisas que demandam um estudo exploratório, em nosso estudo sua pertinência pode ser assim sintetizada: “[...] o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja. Um estudo exploratório, por outro lado, pode servir para levantar possíveis problemas de pesquisa” (TRIVIÑOS, 1992, p. 109). E acrescenta: “este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários, etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico” (idem p.109-110).

Partindo desta concepção metodológica e das questões de pesquisa, optamos pela realização de um estudo, apoiado em um questionário, remetido aos estudantes de diversos cursos de graduação que nos registros da instituição estavam incluídos na lista de desistentes. O questionário foi enviado, por e-mail, para 204 pessoas desta lista, acompanhado de uma carta com explicações sobre a pesquisa, assinada pelos três professores responsáveis. O objetivo foi obter informações deste grupo em relação aos seguintes aspectos, aqui resumidos: quem são os desistentes (especialmente suas condições sociais, econômicas e culturais); realidade no ensino superior (sobre acesso e

condição de permanência); razões da interrupção do curso e situação após cancelamento da matrícula (inscrição em outro curso ou instituição ou outra situação).

Entre o projeto e a obtenção dos dados, há um percurso nem sempre controlado pelo pesquisador. Sobre isso, destacamos que vários e-mails retornaram pela alteração de endereço e a devolução de questionários foi muito aquém do número previsto, razão pela qual retomamos os contatos por e-mail e reencaminhamos o mesmo questionário reafirmando a importância da pesquisa. Nesta nova etapa, o retorno foi também pouco expressivo, mas acreditamos que o suficiente para um estudo exploratório, pois os dados nos forneceram pistas para um posterior estudo qualitativo. Contamos com um número total de vinte e um (21) questionários (aproximadamente 10% do total) e não negligenciamos informações obtidas por *e-mail*, por exemplo, de estudantes que não se sentiam contemplados nos critérios da pesquisa, uma vez que estavam inscritos em outro curso ou instituição.

Estamos cientes que não podemos fazer uma generalização a partir dos dados obtidos, uma vez que eles representaram uma parcela do público registrado na instituição como desistente. A partir da análise dos questionários, procuramos verificar como vem se configurando o movimento dos estudantes a partir do acesso no ensino superior, no local de estudo.

A permanência na universidade e o problema da evasão: situando os estudantes da UFFS Erechim

Estudos que vão além de indicações estatísticas para incluir os estudantes na investigação vêm demonstrando que uma categoria genérica, como evasão, não dá conta das várias situações implicadas na decisão dos universitários que cancelam suas matrículas na instituição de origem. Além do problema da definição do termo, a evasão do ensino é uma questão complexa, uma vez que é mediada por diferentes fatores. Um fator importante e, provavelmente, o principal, está relacionado à condição socioeconômica, mas há uma gama de outras situações de ordem pessoal, institucional entre outras, conforme vêm indicando pesquisas sobre o assunto (BAGGI; LOPES, 2011).

Analisar resultados de pesquisa sobre o tema é um trabalho que deve começar com a compreensão de como a evasão foi interpretada e recebeu tratamento conceitual na pesquisa. A evasão no ensino superior pode ser analisada por curso, por instituição ou em relação ao sistema de ensino superior. Estudos podem se ocupar de uma ou mais

destas dimensões. O Ministério da Educação - MEC (1997) conceituou evasão do curso como sendo: “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, 1997, p. 19).

Ainda, consideramos a argumentação de Ristoff (1999) quando observa que há a chamada “evasão de mobilidade” a partir do processo migratório do estudante para outro curso, seja na mesma ou em outra instituição. Nesse cenário, o estudante apenas trocaria de curso ou instituição, permanecendo no sistema.

Em estudo sobre a permanência estudantil na UFFS Erechim, Ronsoni (2014) examina os dados sobre evasão dos cursos e da instituição, no período 2010-2012⁸. A partir desse material observa que a média de evasão no *Campus* Erechim, nos seus três primeiros anos de funcionamento, é de aproximadamente 37,9%.

Portanto, nos deparamos com um cenário interessante à análise sociológica, tendo em vista a história de construção da UFFS, sua intencionalidade (política e pedagógica) de uma instituição “popular” e, sobretudo, o perfil preponderante de estudantes oriundos da escola pública. É a partir deste cenário que buscamos entender o fenômeno da evasão na nova instituição, considerando que

a apresentação de índices sobre evasão deve ser entendida tão somente como passo inicial de análises que devem buscar identificar e compreender os fatores que a ocasionam. Tais fatores podem ser de caráter interno às instituições, específicos à estrutura e dinâmica de cada curso – ou externos a elas, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais, ou mesmo individuais que interferem na vida universitária dos estudantes. Estes fatores podem ser classificados como os que se relacionam ao próprio estudante, os relacionados ao curso e à instituição e, finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Não é possível analisá-los de forma dissociada, pois fatores de uma ordem interferem necessariamente nos demais (RONSONI, 2014, p. 26-27).

A discussão que realizaremos a seguir apresenta alguns indicadores sobre este atual cenário de expansão do acesso à universidade no Brasil. Na análise dos questionários, observamos que o processo de evasão por mobilidade (RISTOFF, 1999) encontrou apoio em nossa pesquisa, uma vez que, dos 21 questionados, 16 declaram que continuavam estudando (2 em outro curso da mesma instituição e 14 em outra universidade). Apenas 4 informaram não estar estudando e destes, três pretendiam retomar os estudos.⁹

⁸ Fonte: Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) da mesma instituição.

⁹ Um não ofereceu a informação.

De acordo com o universo pesquisado e considerando a lista de desistentes que constava na instituição, não podemos concluir que se tratam de saídas do sistema universitário. Os dados acima apresentados indicam mobilidade (Cf. RISTOFF, 1999) e um abandono provisório e conjuntural.

Quanto ao perfil dos estudantes, a maior parte (14 sobre 21) declarou ser solteiro, o que dialoga com a faixa etária expressa pelo ano de nascimento (12 ou mais da metade nasceu a partir de 1991). Declararam não ter filhos 18 respondentes. Na sua totalidade são pessoas da área de abrangência da universidade, principalmente de cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Talvez isso explique a preponderância de brancos no perfil do alunado da UFFS, tendo em vista que a região sul do Brasil é constituída por processos de imigração europeia. Por outro lado, há sub-representação do segmento negro e indígena, fato que desafia a UFFS em seu projeto “popular”.

O grau de instrução dos pais é indicativo do processo de mobilidade escolar geracional. Número expressivo (12 pais e 9 mães, do total de 21) não completou o ensino fundamental e os demais continuaram os estudos, mas nem todos concluíram a educação básica. Há indicação de quatro casos extremos: uma mãe analfabeta e 3 mães que cursaram pós-graduação. Portanto, a grande maioria faz parte da primeira geração da família que teve acesso ao ensino superior, em especial, pelo processo histórico da região, em uma universidade pública federal.

Quanto à ocupação dos pais, predominam atividades ligadas à agricultura e prestação de serviços. Em relação aos pais: 6 são agricultores, 7 atuam na prestação de serviços (mecânico, pedreiro, chapeador), 4 em outras ocupações (funcionário público, empresário, representante comercial) e 4 não informaram. Em relação às mães, 8 são donas de casa (3 associam com atividade agrícola), 3 são empresárias, 2 atuam no ramo do ensino e as demais em outras ocupações (doméstica, costureira, cabeleireira, auxiliar de administração, auxiliar de produção, gerente de vendas).

A faixa de rendimentos demonstra um perfil de estratos populares e médios indo ao encontro dos setores ocupacionais indicados (agricultura, comércio e serviços). Trata-se de um quadro social característico da região, com predomínio de pequenos agricultores no campo, ou trabalhadores urbanos. No ensino superior, o estudo associado ao trabalho é a realidade da maioria dos respondentes, apenas 7 (um terço) declararam que somente estudavam.

A escola pública é a origem de mais de 90% dos estudantes da UFFS Erechim, fato ratificado pelo grupo estudado. Do grupo de 21 que responderam o questionário, 19 cursaram todo o ensino médio na rede pública. É interessante observar que os respondentes se percebiam como bons estudantes na escola, mas declararam dificuldades em acompanhar o curso na UFFS (“aprender os conteúdos”). Para a grande maioria (total de 17), o cursinho pré-vestibular não fez parte da preparação para o acesso ao ensino superior, assim como não prestaram o exame do ENEM¹⁰.

A maior parte dos universitários “desistentes” frequentava as primeiras fases do curso (10 interromperam no primeiro semestre), ratificando o estudo de Ronsoni (2014) que indica dados expressivos de evasão no primeiro ano letivo. Passado este momento inicial, o autor observa que a tendência é de permanência, com maior probabilidade de conclusão do curso. Nesse sentido, o melhor entendimento da rotina acadêmica e a identificação com a área de estudos são fatores importantes, quando aliados às políticas de assistência estudantil (auxílios e bolsas). Contudo, no grupo estudado, percebemos que a maioria (14 do total de 21) não teve acesso a bolsas e programas de pesquisa e extensão, bem como de ensino – PET e PIBID, que são programas de ensino.

Apesar de boa parte (8 do total de 21) declarar que “sempre quis fazer o curso” que ingressou, questões como “concorrência pela vaga”, relação do curso com o mercado de trabalho e ensino “noturno” também se destacaram como fatores condicionantes da “escolha”. Uma das questões particulares do *Campus* Erechim é a oferta exclusiva de cursos de licenciatura da área das humanidades no período noturno. Há, portanto, uma “escolha tutelada”, que acaba incidindo na “escolha” do estudante que trabalha, ou seja, para quem precisa trabalhar durante o dia só encontra a opção de um curso de licenciatura no período noturno.

Essas informações não são isoladas da falta de atratividade à carreira docente no Brasil. Assim, muitos estudantes, atraídos pelo caráter gratuito, se permitem “testar” a entrada em um curso compatível com suas condições¹¹, mas desistem posteriormente por não se identificarem com a área de formação (8 do total de 21). Mesmo na ausência, no local da pesquisa, de informações sistematizadas sobre onde migraram os estudantes, é possível identificar a ocorrência de um número considerável de transferências para instituições, públicas ou privadas, que garantam a permanência da gratuidade (como

¹⁰ No questionário essas duas opções estavam associadas.

¹¹ É revelador que 8 dos 21 questionados frequentavam instituições pagas antes de ingressar na UFFS.

pelo Prouni, no caso das particulares) e opções por outros cursos. Do total de 21 questionados, 2 declararam que mudaram de curso mas permaneceram na UFFS-Erechim e 14 estavam inscritos em outras instituições. Deste grupo, 4 permaneceram na rede pública (universidade e instituto federal) e os demais, em número de 10, foram para instituições pagas (7 são acadêmicos de universidades comunitárias e 3 de faculdades particulares). Do total de 14 citados, 8 frequentam instituições de ensino superior em Erechim e 6 em outras cidades do estado.

Para ilustrar a mobilização do universitário por um curso, instituição ou turno de seu interesse, citamos o caso de uma estudante que participou da pesquisa. Nos registros da universidade ela consta como desistente do curso de Filosofia (frequentou um semestre), posteriormente solicitou transferência interna e durante três semestres foi aluna do curso de Arquitetura. Após obter uma bolsa do Prouni privilegiou o curso de Engenharia Civil em uma instituição comunitária, na mesma cidade, também pela possibilidade de estudar no curso noturno e poder conciliar trabalho e estudo.

A mudança de curso ou de instituição por parte dos universitários, está com frequência associada à expectativa pragmática de investimento, em tempo e recursos, em uma formação que possibilite melhor inserção no mundo do trabalho e mudança social. Outras razões elencadas para o cancelamento do curso são de ordem pessoal (saúde, problemas financeiros, transferência do local de trabalho), falta de tempo para se dedicar aos estudos, desconhecimento prévio do curso e da carreira, didática dos professores e dificuldades de adaptação na universidade ou na cidade.

Algumas questões particularmente importantes no contexto das novas universidades a partir do REUNI, como as condições físicas (de estrutura) da instituição, foram mencionadas. Em relação à pergunta “o que deveria ser melhorado na UFFS”, 14 dos 21 questionados responderam “condições físicas das salas de aula e/ou laboratórios”. Isso está de acordo com o processo inicial da UFFS em espaços alugados e provisórios, prejudicando a construção de uma “identidade” institucional nos primeiros anos.

Considerações finais

Não há unanimidade na forma de registrar e armazenar informações sobre a vida escolar dos alunos nas instituições escolares. Assim, a evasão é objeto de diferentes definições e distintas formas de operacionalizar seus dados são encontradas.

A UFFS é parte do atual processo de expansão e interiorização do acesso ao ensino superior levada a cabo por meio do papel indutor do Estado a partir de 2003. Nesse sentido, ao estudarmos os primeiros dados sistematizados pela nova universidade, chamamos atenção para um fenômeno ainda pouco explorado pelo campo da Sociologia da Educação.

Certamente, se este primeiro movimento investigativo não possibilitou tecer argumentações mais substantivas sobre o processo de acesso, permanência e evasão da UFFS, as atividades de pesquisa realizadas em uma instituição que está ainda em fase de consolidação de seus fundamentos (ensino, pesquisa e extensão), incluindo sua estrutura física e de pessoal, oportunizou perceber as contradições entre o acesso e a permanência dos estudantes na universidade.

Mesmo diante de vagas públicas e gratuitas mais “perto de casa”, aspectos estruturais condicionam o percurso universitário. Por isso, se, por um lado, a UFFS oferta uma inovação no sistema universitário federal ao ter mais de 90% de alunos oriundos da escola pública, por outro lado, convive com o desafio da permanência de seus estudantes, tendo em vista as exigências de acompanhamento do curso, a difícil tarefa de conciliar o trabalho com o estudo e a timidez das políticas de assistência estudantil.

Em nossa pesquisa, por meio de questionários respondidos por estudantes que assinaram termo de desistência de seus cursos na UFFS *Campus* Erechim, é possível ratificar este novo cenário de maiores oportunidades de ingresso na universidade, seja a partir da expansão de instituições públicas, seja por programas de bolsas em instituições privadas (Prouni).

Observamos que um número considerável de estudantes, ao desistir de um curso na UFFS Erechim, não desistiu de estudar, migrando para outro curso da própria universidade ou para outra instituição. Por isso, não é possível associarmos diretamente o percentual de evasão à exclusão do sistema. Parece-nos pertinente associarmos o entendimento de evasão por mobilidade, pois conceituar as situações encontradas na pesquisa como evasão, no sentido de abandono, seria mascarar a complexidade do fenômeno em benefício de uma generalização.

Uma conclusão a ser retirada do presente estudo é que são precárias as possibilidades de comparação com resultados obtidos em pesquisas sobre evasão realizadas em outras instituições e até em outras unidades da mesma instituição. O que a literatura tem denominado evasão refere-se a situações distintas, tendo em vista ser um

conceito polissêmico. Neste texto, não foi nosso objetivo proceder à extensa revisão bibliográfica sobre o assunto, mas dialogar com algumas definições presentes na literatura de referência, inclusive em estudos nos quais a UFFS se constituiu em objeto de análise.

Referências bibliográficas

BECHI, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. *Acta Scientiarum Education*. Maringá, v. 33, n. 1, p. 139-147, 2011.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BENINCÁ, D. Uma universidade em movimento. In: BENINCÁ, D. (Org.). *Universidade e suas fronteiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 31-63.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Coletiva Censo da Educação Superior 2013. Brasília, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. *Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012*. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. *Diplomação, retenção e evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. Brasília: Secretaria da Educação Superior, 1997.

LAMPERT, E. (Re)criar a universidade: uma premissa urgente. In: LAMPERT, E.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). *Universidade e conhecimento: possibilidades e desafios na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRGS, 2010, p. 19-43.

LEHER, R. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

MACHADO, A. M. N. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, J. P. (Or.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 74-92.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Educação superior para todos? Acesso, expansão e equidade: novos desafios para a política educacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v.9, n. 17, p. 124-157, jan.-jun. 2007.

PERONI, V. M. V. Reforma do estado e a tensão entre o público e o privado. *Revista SIMPE-RS*. Porto Alegre, ano 1, vol. 1, p. 11-33, abril de 2007.

RISTOFF, D. I. *Construindo outra educação: tendências e desafios da educação brasileira*. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

RONSONI, M. L. Permanência e evasão de estudantes da UFFS *Campus Erechim*. In: PEREIRA, T. I. (Org.). *Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado*. Erechim: Evangraf, 2014, p. 17-31.

ROTTA, E.; VITCEL, M. S.; ANDRIOLI, A. I. A Universidade Federal da Fronteira Sul e a sua experiência de inclusão por meio da instituição das cotas sociais. In: LUFT, H. M.; FALKEMBACH, E. M.; CASAES, J. B. (Orgs.). *Freire na agenda da educação: inclusão e emancipação – educação de jovens e adultos*. Vol. 2. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012, p. 55-65.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.